



O CONCEITO DE QUALIDADE DE VIDA URBANA NA PERSPECTIVA DOS RESIDENTES NA CIDADE DO PORTO

Luis Delfim Santos - Faculdade de Economia da Universidade do Porto e CEMPRE* - E-mail: luisd@fep.up.pt

Isabel Martins - Gabinete de Estudos e Planeamento - Câmara Municipal do Porto

Paula Brito - Faculdade de Economia da Universidade do Porto e LIACC*

RESUMO:

No âmbito de um projecto de monitorização da qualidade de vida desenvolvido pela Câmara Municipal do Porto foi realizado um inquérito a 2400 residentes na cidade com o objectivo de avaliar a percepção dos cidadãos. Algumas das questões diziam respeito ao próprio conceito de qualidade de vida, visando identificar os aspectos que os inquiridos consideram fundamentais para que uma cidade apresente boas condições de vida e de bem-estar. Neste artigo apresentam-se os principais resultados obtidos relativamente a essas questões, num primeiro ponto através de um tratamento estatístico simples das respostas obtidas, e de seguida através de uma análise multivariada, que permite o agrupamento dos inquiridos em grandes grupos homogéneos e a sua caracterização sócio-económica.

Palavras-chave: Qualidade de vida, cidade do Porto, análise multivariada

ABSTRACT:

As part of a project to monitor the quality of life in the city of Porto, a survey was applied to 2,400 residents in order to study their perceptions. Some of the questions were related to the own concept of quality of life, with the purpose of identifying the aspects that are seen as fundamental for a city to be a good place for living and working. In this article the main results obtained from the statistical treatment of the answers are presented. This analysis is complemented by a multivariate analysis that allows the grouping of the interviewees in large homogenous groups and their social and economic characterisation.

Keywords: Quality of life, city of Porto, multivariate analysis

* O CEMPRE - Centro de Estudos Macroeconómicos e Previsão – e o LIACC – Laboratório de Inteligência Artificial e Ciências de Computadores - são apoiados pela Fundação para a Ciência e a Tecnologia.

1. INTRODUÇÃO

A qualidade de vida constitui um tema de crescente relevância nas análises e nas políticas de planeamento e de gestão do território, em particular à escala das cidades. A forte competição existente entre os diferentes centros urbanos na captação de investimentos e de recursos humanos qualificados, associada a uma maior consciencialização e exigência por parte dos cidadãos com as suas condições de vida, levou a que os diversos aspectos associados à qualidade de vida sejam uma preocupação central das administrações públicas aos diversos níveis, local, regional e nacional.

Na vasta literatura existente sobre a temática da qualidade de vida tem-se assistido, nos últimos anos, a uma também crescente orientação da pesquisa para a realidade urbana (ver, por exemplo, Fahey *et al* (2003), Hudler e Richter (2002), Comité das Regiões (1999)). O facto de, à escala mundial, se verificar uma tendência do reforço da concentração das populações em cidades constitui um importante factor explicativo dessa orientação. A este argumento acresce um outro que tem a ver com o reconhecimento de que o processo de urbanização actual, muitas vezes intenso e desordenado é, ele próprio, indutor de um conjunto de problemas e de disfuncionamentos internos cuja influência nas condições de vida dos cidadãos importa conhecer e avaliar.

Ao mesmo tempo que as cidades se afirmam como centros de riqueza e de poder, estas surgem como os contextos espaciais em que se revelam de uma forma mais marcada alguns aspectos negativos associados às sociedades desenvolvidas tais como a degradação ambiental, a exclusão social, a insegurança ou os congestionamentos de trânsito. A pesquisa actual sobre a qualidade de vida urbana confronta-se, assim, com o desafio da procura de novos modelos de abordagem que levem em conta as profundas

mudanças económicas sociais e tecnológicas em curso que, justamente, se têm vindo a manifestar de forma particularmente evidente a esta escala territorial.

O estado da arte no que diz respeito aos estudos sobre qualidade de vida urbana, em particular no que se refere à análise dos conceitos, aos métodos de análise e aos principais modelos utilizados, é apresentado em Van Kamp *et al* (2003), Yuan *et al* (1999), Nuvolati (1998) e Grayson e Young (1994). Referências sobre casos concretos estudados, ao nível de cidades, incluem Gatt (2003), Comissão Europeia (2000), Seik (2000), Giannias (1998) e Findlay *et al* (1988), entre outras. Para o caso português, veja-se Mendes (1999) com uma análise da qualidade de vida nas capitais de distrito e Martins e Santos (2003) que apresentam o sistema de monitorização da qualidade de vida urbano implementado na Câmara Municipal do Porto.

2. O CONCEITO DE QUALIDADE DE VIDA

O conceito de qualidade de vida é um conceito abrangente e no qual se interligam diversas abordagens e diversas problemáticas. Surgido nos anos 60 e directamente relacionado com os sistemas de indicadores sociais então em fase de grande implementação e expansão, o conceito de qualidade de vida surge em contraponto a visões mais economicistas que analisavam o crescimento económico e o próprio desenvolvimento das sociedades exclusivamente com base em indicadores económicos como, por exemplo, o PIB (produto interno bruto).

Esses indicadores da riqueza produzida e/ou distribuída, traduziam de forma global o crescimento económico verificado, mas não contemplavam diversos

aspectos fundamentais que permitissem analisar o real progresso de uma sociedade. Questões tão decisivas como as da desigualdade na distribuição da riqueza produzida, do grau de satisfação das necessidades básicas da população, do nível de bem estar global, necessitavam de outros instrumentais de análise. Além disso, discutia-se a questão da intervenção do Estado no funcionamento da sociedade, sendo fundamental a identificação das principais áreas que careciam de intervenção pública e das medidas que permitissem aferir das consequências das diversas acções empreendidas no sentido de colmatar as deficiências detectadas.

Das diversas abordagens e problemáticas relacionadas com o conceito de qualidade de vida, decorrem três grandes perspectivas de análise. Uma primeira, tem a ver com a distinção entre os aspectos materiais e imateriais da qualidade de vida. Os aspectos materiais dizem essencialmente respeito às necessidades humanas básicas, como, por exemplo, as condições de habitação, de abastecimento de água, do sistema de saúde, ou seja aspectos de natureza essencialmente física e infraestrutural. Historicamente e para sociedades menos desenvolvidas, estas questões materiais eram decisivas ou pelo menos tinham uma focalização muito grande; hoje em dia, as questões imateriais mais ligadas ao ambiente, ao património cultural, ao bem estar, tornaram-se centrais.

Uma segunda perspectiva, faz a distinção entre os aspectos individuais e os colectivos. As componentes individuais mais relacionadas com a condição económica, a condição pessoal e familiar dos indivíduos, as relações pessoais, e as componentes colectivas mais directamente relacionadas com os serviços básicos e os serviços públicos.

Podemos ainda considerar, numa terceira perspectiva de análise, a distinção entre aspectos objectivos e subjectivos da qualidade de vida. Os primeiros seriam facilmente apreendidos através da definição de

indicadores de natureza quantitativa, enquanto que os segundos remeteriam para a percepção subjectiva que os indivíduos têm da qualidade de vida e que é, claramente, muito diferente de pessoa para pessoa, e de estrato social para estrato social. Este último aspecto é de fundamental importância: os indicadores de qualidade de vida têm diferentes traduções, consoante a estrutura sócio-económica da população e, portanto, o mesmo indicador pode ser percebido de forma diferente por estratos sócio-económicos diferentes.

Estas três perspectivas de análise não são, obviamente, mutuamente exclusivas, mas pelo contrário interligam-se em grande medida. Os principais contributos teóricos para a abordagem da qualidade de vida reflectem precisamente essa interdependência, conjugando os diversos níveis de análise referidos.

Para um aprofundamento do conceito de qualidade de vida, das diversas formas de o descrever e avaliar, bem como o da sua articulação com questões como o planeamento e a sustentabilidade ver Dissart e Deller (2000) ou Massam (2002).

3. A PERCEPÇÃO DOS CIDADÃOS SOBRE QUALIDADE DE VIDA

Uma questão fundamental nos estudos sobre qualidade de vida remete para a distinção acima enunciada entre aspectos objectivos e aspectos subjectivos da qualidade de vida.

Como já foi referido, estes aspectos objectivos e subjectivos são complementares permitindo uma abordagem holística da qualidade de vida na qual é possível confrontar o diagnóstico de natureza mais objectivo, baseado na análise dos indicadores de natureza quantitativa, com a percepção que os



residentes ou utilizadores de uma cidade tem sobre a situação da mesma em termos de qualidade de vida. A complementaridade destas duas abordagens é analisada, por exemplo, em Cummins (2000a), Cummins (2000b) e Petrucci e D'Andrea (2002).

As abordagens subjectivas da qualidade de vida urbana, privilegiando um nível de análise individual, procuram medir a percepção e o grau de satisfação dos cidadãos relativamente à sua qualidade de vida, valorizando aquela que é uma percepção baseada na experiência pessoal e introspectiva de cada um. No plano metodológico, estes objectivos são conseguidos através da realização de inquéritos e de entrevistas através dos quais as opiniões de natureza subjectiva são recolhidas de forma directa (Lever (2000), Michalski (2001), Wyman (2001)). Estes inquéritos são um instrumento de apoio ao planeamento e à gestão urbanos já que se reconhece que esta é uma via a explorar para a identificação das necessidades dos indivíduos e das suas aspirações. Através destes inquéritos é possível detectar a percepção das pessoas relativamente às diferentes componentes da qualidade de vida, nomeadamente daquelas que estão mais fortemente ligadas à esfera de actuação das políticas públicas e, desta forma, recolher um elemento adicional para apoio das decisões quanto a domínios, estratégias e prioridades para a acção pública (referências recentes incluem Johannsson (2002), Veenhoven (2002) e Moller e Dickow (2002)).

Uma das questões normalmente inquiridas neste tipo de questionários diz respeito ao próprio conceito de qualidade de vida, visando identificar os aspectos que os cidadãos consideram fundamentais para que uma cidade apresente uma boa qualidade de vida. No âmbito do projecto de monitorização da qualidade de vida na cidade do Porto, acima referido, foi realizado em Janeiro e Fevereiro de 2003 um inquérito à

população residente na cidade no qual foram incluídas várias questões precisamente sobre o conceito de qualidade de vida. Neste artigo apresentam-se os principais resultados obtidos relativamente a essas questões, num primeiro ponto através de um tratamento estatístico simples das respostas obtidas, e de seguida através de uma análise multivariada.

De referir que o inquérito dirigiu-se exclusivamente aos cidadãos residentes no concelho do Porto, limitando-se a população alvo aos indivíduos com mais de 15 anos. Foram realizados 2400 questionários, tendo a recolha das respostas ao questionário sido realizada no alojamento dos inquiridos, por uma equipa de agentes no terreno.

Para efeitos de análise intra-urbana, que permita estudar a eventual diferenciação existente na cidade, os inquéritos foram repartidos de igual modo por quatro zonas da cidade estabelecidas com base em critérios de homogeneidade relativa, através do agrupamento de freguesias: Zona Histórica, Zona Tradicional, Zona Ocidental e Zona Oriental¹.

A margem de erro máximo associada a esta amostra é de 2% para o conjunto da cidade e de 4% para cada uma das zonas, para um nível de confiança de 95%.

No questionário aplicado, as perguntas iniciais foram, assim, definidas com o objectivo de recolher elementos sobre o significado que os indivíduos atribuem à expressão «Qualidade de Vida», em particular sobre os aspectos que estes consideram ser mais influentes e decisivos para o bem-estar num centro urbano genérico, independentemente do local de residência dos entrevistados. Procurou-se, deste modo, que o exercício se fizesse sem a referência directa ao contexto da cidade do Porto.

¹ Zona Histórica, constituída pelas freguesias de Miragaia, S. Nicolau, Sé e Vitória; Zona Tradicional, constituída pelas freguesias de Bonfim, Cedofeita, Massarelos e Sto. Ildefonso; Zona Ocidental, constituída pelas freguesias de Aldoar, Foz do Douro, Lordelo do Ouro e Nevogilde e Zona Oriental, constituída pelas freguesias de Campanhã, Paranhos e Ramalde.

O facto de se reconhecer uma enorme abrangência a este conceito e da evidência empírica revelar que a percepção dos indivíduos sobre esta questão varia significativamente – nomeadamente, em termos de faixa etária e nível de habilitações – torna, porventura, mais expressiva a forte convergência de opiniões manifestadas em torno de alguns domínios.

Assim, e perante uma pergunta em formato aberto², em que se pedia aos entrevistados que indicassem os três aspectos mais relevantes para que uma cidade tenha uma boa qualidade de vida, uma larga maioria – cerca de 80% – invocou aspectos relacionados com *o ambiente e o enquadramento geográfico* (Fig. 1).

Por detrás desta forte associação do conceito de Qualidade de Vida a factores de natureza ambiental, resulta das respostas obtidas uma valorização

sobretudo dos seguintes aspectos: disponibilidade de *espaços verdes*, *limpeza urbana*, *ausência de poluição*, *infra-estruturas básicas*, e ainda, embora com um peso significativamente menor, *o clima e a localização geográfica* (em particular, a disponibilidade de recursos naturais decorrentes da localização litoral).

Ainda no que diz respeito à identificação dos aspectos com maior importância para a Qualidade de Vida urbana, cabem destacar os domínios da *mobilidade e infra-estruturas viárias* – mencionado por cerca de metade dos inquiridos – da *segurança pública e da habitação*.

Para estes quatro domínios mais citados é interessante analisar a diferenciação verificada entre as 4 zonas da cidade. Consta-se que estes 4 domínios

FIGURA 1

Domínios identificados como sendo os mais importantes para a Qualidade de Vida numa cidade
(percentagem de respostas)



² As respostas obtidas foram posteriormente objecto de um processo de codificação e agregação, para o que também contribuíram os restantes elementos da equipa técnica do projecto: Marta Gomes, Idalina Machado e Eugénia Rocha.



são sempre os que recolhem maior percentagem de respostas em todas as zonas, mas há algumas diferenças significativas entre elas como se pode observar no Quadro 1.

Assim, para os quase 80% de respostas verificadas para a cidade do Porto no domínio *ambiente e o enquadramento geográfico* contribuem decisivamente as zonas Ocidental e Oriental com percentagens da ordem dos 95%, com os inquiridos das outras duas zonas a atribuir uma menor, ainda que maioritária, importância a este domínio. Também no caso da *habitação* há diferenças muito significativas; os mais de 50% de inquiridos do Centro Histórico que indicaram este tema em confronto com os cerca de 15% que o fizeram na Zona Ocidental parece indiciar que, apesar de se ter pedido uma reflexão independentemente da cidade do Porto, as respostas também são influenciadas pelas condições de vida dos inquiridos.

Complementarmente, numa segunda questão, pedia-se ao entrevistado que elegesse os cinco aspectos mais importantes para a Qualidade de Vida numa cidade mas, desta feita, a partir de uma lista de 17 opções previamente definidas, tendo-se obtido os resultados sumariados na Fig. 2.

Ou seja, perante um leque alargado de domínios relacionados com o conceito de qualidade de vida, os inquiridos mantêm, em linhas gerais, as opiniões que haviam expressado na questão anterior, isto é, a valorização dos aspectos ambientais, da segurança, da habitação e da mobilidade, ainda que, neste caso, surjam igualmente em posição destacada outros domínios, como por exemplo, o da *prestação de cuidados sociais e de saúde*, que ultrapassou mesmo a relevância atribuída ao *ambiente não poluído*.

QUADRO 1

Percentagem de respostas, por zona (4 domínios mais importantes)

	Porto	Centro Histórico	Centro Tradicional	Zona Oriental	Zona Ocidental
Ambiente e enquadramento geográfico	79,5%	63,8%	64,7%	94,8%	95,0%
Mobilidade e infra-estruturas viárias	50,6%	37,5%	47,4%	55,3%	61,8%
Segurança	41,1%	39,3%	35,0%	36,5%	53,3%
Habitação	30,2%	52,2%	36,0%	17,2%	15,4%



FIGURA 2

Aspectos seleccionados como os mais importantes para que uma cidade tenha Qualidade de Vida
(percentagem de respostas)



QUADRO 2

Percentagem de respostas, por zona (4 aspectos mais importantes)

	Porto	Centro Histórico	Centro Tradicional	Zona Oriental	Zona Ocidental
Existência de espaços verdes	63,6%	62,2%	65,5%	60,5%	66,2%
Boas infra-estruturas básicas	50,8%	51,7%	45,5%	47,2%	58,7%
Segurança e tranquilidade urbanas	47,7%	46,0%	47,5%	49,4%	48,0%
Habitação acessível e com boas condições	45,0%	63,7%	56,0%	33,2%	28,1%

Neste caso é interessante notar que as respostas são muito mais homogéneas entre as diversas zonas da cidade consideradas. Com excepção da *habitação*, as percentagens de respostas obtidas para a cidade como um todo e para as quatro zonas consideradas são muito próximas como se evidencia no Quadro 2.

É interessante notar que há uma correlação muito forte entre a zona de residência dos inquiridos e os aspectos considerados relevantes para haver boa qualidade de vida numa cidade. Como foi referido anteriormente, a percepção da qualidade de vida está directamente relacionada com a estrutura sócio-económica da população: diferentes indicadores

podem ser percepcionados de forma diferente por distintos grupos de população. Testes estatísticos de independência entre variáveis permitem detectar, para um nível de significância de 5%, uma dependência entre a zona de residência dos inquiridos e 14 dos 17 aspectos considerados para haver boa qualidade de vida.

O mesmo tipo de testes estatísticos indicavam como tendo também uma muito forte associação com os aspectos seleccionados pelos inquiridos, o nível de habilitações e o escalão etário a que pertencem. O Quadro 3 regista, para os aspectos para os quais esta associação é mais forte, as percentagens dos inquiridos de cada nível de habilitações e da amostra global que os seleccionaram como pertinentes.

Assim, por exemplo, para o caso do “Ambiente Não Poluído” verifica-se que a percentagem de indivíduos que considera este aspecto como relevante para a boa qualidade de vida numa cidade tende a aumentar com o nível de habilitações. O Quadro 4 permite uma análise similar para o caso dos escalões etários.

4. ANÁLISE MULTIVARIADA

A análise anteriormente efectuada relativa à 2ª questão do inquérito (ver Fig. 2) é complementada por uma análise multivariada. Perante uma lista de 17 aspectos, os inquiridos deveriam escolher os cinco que consideram mais pertinentes para a avaliação da qualidade de vida numa qualquer cidade. Trata-

QUADRO 3

Percentagem de respostas, por habilitações literárias (aspectos mais importantes)

	Porto	Sem Habilitações	Primário	Prep_7_8_9	Secundário	Superior
Actividades Culturais	9,8%	3,0%	6,5%	9,6%	16,9%	14,6%
Ambiente Não Poluído	37,5%	25,7%	32,7%	36,8%	45,8%	48,7%
Ensino	20,3%	9,1%	16,0%	24,3%	27,5%	21,9%
Segurança	47,4%	60,4%	49,8%	40,0%	47,8%	47,5%

QUADRO 4

Percentagem de respostas, por escalão etário (aspectos mais importantes)

	Porto	15-24 anos	25-44 anos	45-64 anos	+ 65 anos
Actividades Culturais	9,8%	14,4%	10,4%	8,4%	7,7%
Actividades Desportivas	8,8%	20,9%	9,7%	5,7%	3,2%
Emprego	33,3%	45,2%	36,0%	30,6%	25,0%
Ensino	20,3%	29,8%	24,4%	17,5%	11,9%
Segurança	47,4%	39,9%	44,0%	49,7%	54,0%
Transportes	39,3%	33,2%	37,0%	46,4%	37,4%

se portanto de um conjunto de 17 questões binárias (cada aspecto é ou não seleccionado). A análise multivariada efectuada, consiste numa análise factorial das correspondências múltiplas seguida de classificação ascendente hierárquica sobre as coordenadas factoriais, retendo-se e interpretando-se algumas partições resultantes de “cortes” da hierarquia obtida.

A análise factorial das correspondências múltiplas aplica-se a um conjunto de indivíduos descritos por variáveis de tipo qualitativo; este é o caso do tratamento de inquéritos, onde as variáveis são em geral as “perguntas” colocadas. Neste caso, vai permitir resumir as variáveis (“perguntas”) por um pequeno número de variáveis numéricas, estudar as ligações entre elas e entre as respectivas categorias de resposta.

Os factores obtidos correspondem a variáveis “latentes” não observáveis que explicam a variabilidade observada nas respostas ao inquérito. Analisando as contribuições das variáveis originais para os primeiros (e mais importantes) factores, obtemos alguma informação sobre o modo como as respostas se relacionam.

Considerando o posicionamento dos inquiridos relativamente as estas variáveis numéricas, é então possível obter uma tipologia dos inquiridos, de tal modo que dois indivíduos sejam considerados semelhantes se possuírem um elevado número de categorias em comum (derem as mesmas respostas às perguntas do inquérito). Ver, por exemplo, Lebart *et al* (1997) ou Escofier e Pagès (1998) para uma apresentação detalhada destes métodos.

As variáveis activas, binárias, são as seguintes : Espaços Verdes, Urbanismo, Infra-estruturas Básicas,

Ambiente Não Poluído, Clima, Transportes, Equipamentos, Ensino, Actividades Culturais, Actividades Desportivas, Cuidados Sociais e de Saúde, Comércio e Serviços, Habitação, Emprego, Segurança, Coesão Social e Participação Cívica.

Foram usadas como variáveis ilustrativas suplementares: o sexo e grupo etário do inquirido, as suas habilitações e situação perante o trabalho, a zona onde vive, se tem ou não filhos menores e se residiu ou não sempre na cidade do Porto e ainda a percepção sobre a Qualidade de Vida (global) no Porto (6 categorias).³

As variáveis que mais contribuem para o primeiro factor são as questões relativas às Infra-estruturas Básicas, Emprego, Espaços Verdes, Ensino, Cuidados Sociais e de Saúde e Urbanismo, opondo os inquiridos que seleccionam os aspectos relativos às Infra-estruturas Básicas, Espaços Verdes e Urbanismo e não seleccionam os aspectos relativos ao Emprego, Ensino e Cuidados Sociais e de Saúde aos que fazem a selecção oposta. No primeiro caso estarão tendencialmente indivíduos mais velhos com habilitações de nível superior, reformados; enquanto que no segundo caso a tendência aponta para indivíduos mais jovens (15-24 anos), com nível de escolaridade intermédio, estudantes.

Em relação ao segundo factor, destacam-se as contribuições das questões relativas à Habitação, Segurança, Poluição e Actividades Culturais e Desportivas. De um modo geral, o segundo factor opõe os inquiridos que indicaram como pertinentes aspectos relacionados com a Habitação e Segurança, e que não indicaram aspectos relacionados com a Poluição e Actividades Culturais e Desportivas, Ensino e Transportes, e que são tendencialmente indivíduos menos qualificados (sem habilitações ou de nível

³ As análises foram efectuadas com a aplicação SPAD (*Système Portable d'Analyse des Données*), DECISIA, França.

primário), na situação de reforma, aos inquiridos que fazem a selecção oposta e que são tendencialmente indivíduos mais jovens, estudantes, com habilitações de nível secundário, residentes na zona ocidental.

Para o terceiro factor contribuem mais as variáveis Cuidados Sociais e de Saúde, Transportes, Coesão Social, Urbanismo e Participação Cívica, Comércio e Clima. Este factor opõe os inquiridos que indicaram

como pertinentes aspectos relacionados com Cuidados Sociais e de Saúde e Transportes, e não indicaram Coesão Social, Urbanismo e Participação Cívica, Comércio e Clima, e Actividades Culturais, e que são sobretudo do sexo feminino e das zonas oriental ou ocidental, aos inquiridos que responderam de modo oposto, tendencialmente do sexo masculino, residentes da zona tradicional, e jovens.

FIGURA 3

Categorias activas e suplementares no primeiro plano factorial

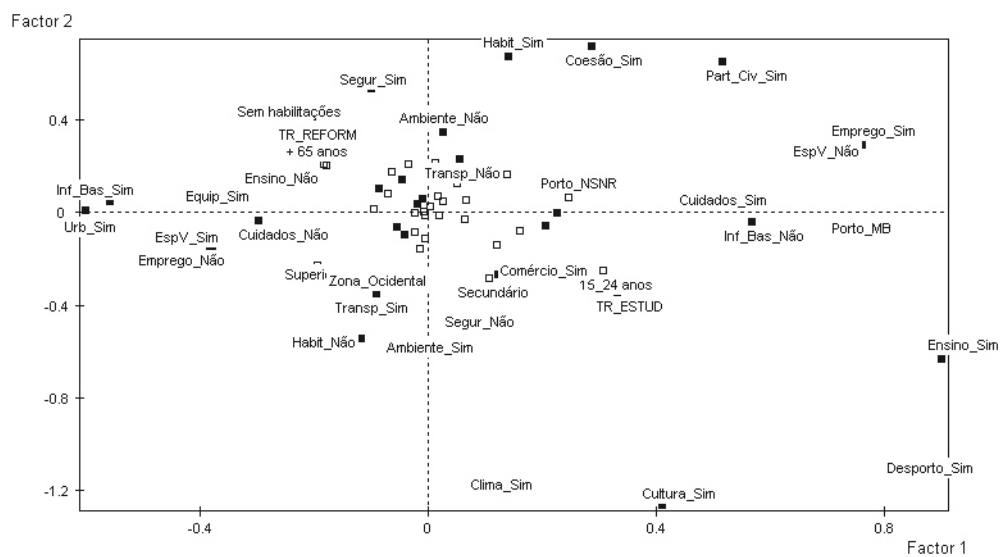
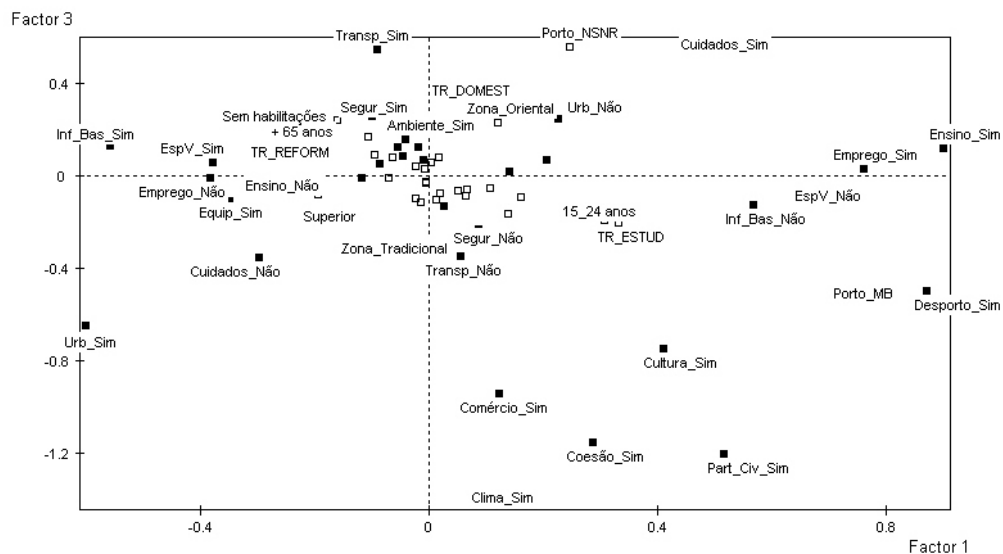


FIGURA 4

Categorias activas e suplementares no plano factorial 1-3



A partir das coordenadas dos indivíduos nos primeiros três factores, efectuou-se então uma classificação ascendente hierárquica dos inquiridos, usando o critério de agregação de Ward.

Os inquiridos são assim reunidos segundo a sua proximidade nos factores obtidos, de modo a formar classes homogéneas. Da árvore obtida, foi seleccionada a partição em três classes, as quais foram posteriormente consolidadas, de modo a melhorar a sua coesão interna.

As classes obtidas reúnem inquiridos que apresentam valores próximos nas variáveis factoriais, e por consequência, que têm perfis de resposta análogos. Analisando os membros de cada classe em termos das suas características principais e das respostas dadas, obtemos alguma percepção dos grupos existentes na população subjacente.

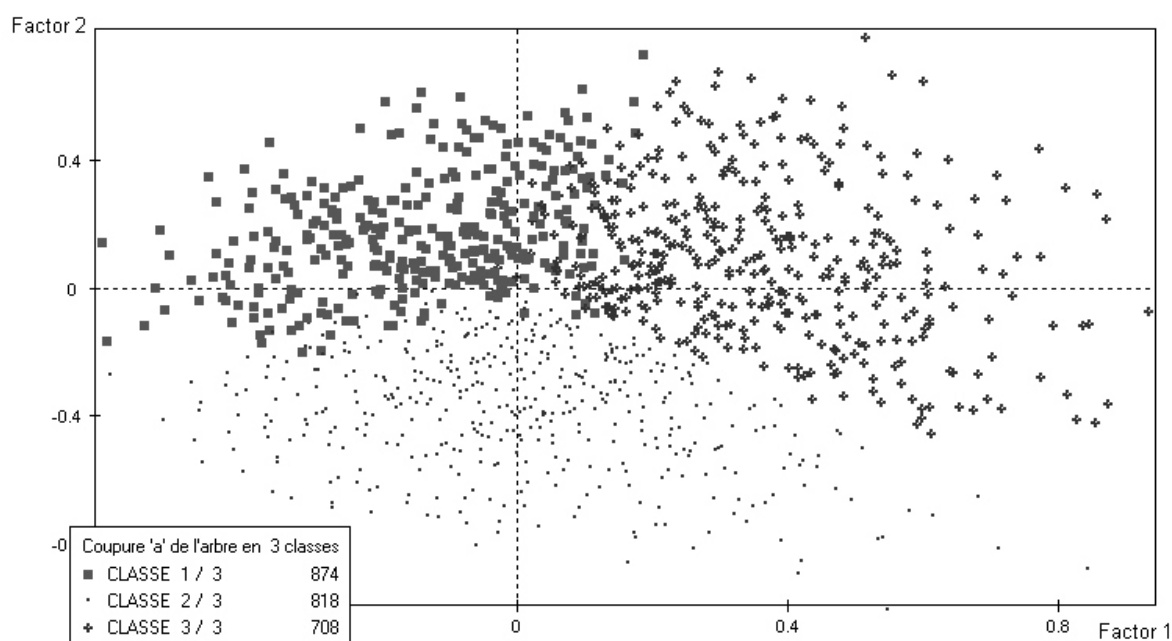
A figura 5 mostra a projecção das classes no plano formado pelos dois primeiros factores.

Uma primeira classe reúne um conjunto de indivíduos que valorizam essencialmente aspectos ligados às condições materiais colectivas da cidade, menos sensíveis à oferta existente em áreas ligadas aos sectores sociais e de cultura e lazer. Tem uma representação superior nesta classe os residentes mais idosos e com menores habilitações académicas.

Foi igualmente possível identificar uma segunda classe em que aspectos mais ligados ao ambiente e à cultura foram particularmente valorizados em detrimento de alguns aspectos de natureza económica e social, como, por exemplo, o emprego e a habitação. Neste caso, tratava-se mais de residentes na zona ocidental da cidade, com níveis elevados de habilitações e activos a exercer profissão.

Por último, a classe com menor dimensão relativa, revelou particular sensibilidade para com aspectos ligados ao emprego e ensino, atribuindo menor importância ao ambiente e urbanismo, sendo dominantemente integrada por residentes na zona oriental com habilitações de nível intermédio.

FIGURA 5
Projecção da partição em 3 classes no primeiro plano factorial



No quadro seguinte sistematizam-se com maior detalhe os aspectos mais e menos valorizados pelos indivíduos que integram cada uma destas classes, assim como as principais características sócio-económicas com maior representação.

CONCLUSÃO

No que diz respeito à percepção individual dos cidadãos sobre os factores mais influentes para a qualidade de vida numa cidade, os resultados obtidos na sequência do inquérito realizado à população portuense permitiram evidenciar que, não obstante a identificação de uma forte convergência de opiniões em torno de alguns aspectos (80% dos inquiridos indicaram o ambiente e o enquadramento geográfico da cidade como aspectos decisivos), é possível estabelecer uma segmentação de sub-grupos da população com posições diferenciadas consoante as suas características socioeconómicas.

A análise estatística efectuada permitiu detectar, com efeito, uma forte dependência entre as dimensões da qualidade de vida mais relevantes e, nomeadamente, a área de residência, o nível de habilitações e o escalão etário dos inquiridos.

Complementarmente, com base na análise multivariada levada a cabo, foram identificados três principais sub-grupos de residentes que se distinguem entre si, sobretudo, pelo nível de habilitações e pelo local de residência. Um primeiro conjunto que reúne indivíduos para os quais são particularmente decisivos aspectos marcadamente materiais e colectivos (população mais idosa, reformada, com baixo nível de habilitações), um segundo conjunto que tende a valorizar condições mais associadas ao ambiente e à oferta cultural (população empregada com habilitações mais elevadas, com residência na zona ocidental do Porto) e, por último, aqueles que realçam as componentes do emprego e do ensino (população com níveis de habilitações intermédios, residentes na zona oriental da cidade).

QUADRO 5
Caracterização das classes

Classes	Nº de inquiridos	Aspectos mais valorizados	Aspectos menos valorizados	Características sócio-económicas com maior representação
A	874 (36,4%)	Infra-estruturas Básicas Urbanismo Habitação Equipamentos Segurança	Ensino Ambiente Cuidados Sociais e de Saúde Desporto Cultura	Baixo Nível de Habilitações Mais 65 anos Reformados
B	818 (34,1%)	Ambiente Cultura Transportes Espaços Verdes	Habitação Segurança Emprego Coesão Social	Elevadas Habilitações Residência Zona Ocidental Trabalhadores
C	708 (29,5%)	Emprego Cuidados Sociais e de Saúde Ensino Habitação	Espaços Verdes Infra-estruturas Básicas Urbanismo Equipamentos	Nível Médio de Habilitações Residência Zona Oriental

BIBLIOGRAFIA

- Comissão Europeia (2000), The Urban Audit, vol.I, II e III, Luxemburgo.
- Comité das Regiões (1999), Relatório Final - Avaliação da Qualidade de Vida nas Regiões e Cidades Europeias, Comité das Regiões da União Europeia, CdR-Studies E - 2/99, Bruxelas.
- Cummins, R. (2000a) Objective and Subjective Quality of Life: an Interactive Model, *Social Indicators Research*, nº 52, pp55-72.
- Cummins, R (2000b) Personal Income and Subjective Well-Being: a Review, *Journal of Happiness Studies*, nº1, pp.133-158.
- Dissard, J. e Deller, S. (2000) Quality of Life in the Planning Literature, *Journal of Planning Literature*, Vol.15, nº1.
- Escofier, B. e Pagès, J. (1998), Analyses Factorielles Simples et Multiples, Paris, Dunod.
- Fahey, T., Nolan, B. e Whelan, C. T. (2003) Monitoring quality of life in Europe, European Foundation for the Improvement of Living and Working Conditions, Luxembourg: Office for Official Publications of the European Communities.
- Findlay, A; Morris, A e Rogerson, R. (1988), "Where to live in Britain in 1988: Quality of life in British Cities", *Cities*, 5(3), 268-276.
- Gatt, L. (2003), Quality of Life in New Zealand's Eight Largest Cities, Wellington.
- Giannias, D. (1998) A Quality of Life Based Ranking of Canadian Cities, *Urban Studies*, Vol. 35, nº 12, pp.2241-2251
- Grayson, L. e Young, K. (1994) *Quality of Life in Cities. An Overview and Guide to the Literature*, London, The British Library / London Research Center.
- Hudler, M. e Richter, R. (2002) Cross-national comparison of the quality of life in Europe: inventory of surveys and methods, *Social Indicators Research*, nº 58, pp. 217-228
- Johansson, S. (2002) Conceptualizing and Measuring Quality of Life for National Policy, *Social Indicators Research*, nº 58, pp13-32.
- Lebart, L.; Morineau, A. e Piron, M. (1997), Statistique Exploratoire Multidimensionnelle, 2e edition, Paris, Dunod.
- Lever, J. (2000) The development of an instrument to measure quality of life in Mexico City, *Social Indicators Research*, nº 50, pp187-208.
- Massam, B. (2002) Quality of life: public planning and private living, *Progress in Planning*, Nº 58, pp 141-227.
- Martins, I. e Santos, L. D. (2003) *1º Relatório Sobre a Qualidade de Vida Urbana - Porto*, Câmara Municipal do Porto, Porto.
- Mendes, J. (1999), "Onde viver em Portugal - Uma análise da qualidade de vida nas capitais de distrito", Ordem dos Engenheiros - Região Centro, Coimbra.
- Michalski, J. H. (2001), Asking citizens what matters for quality of life in Canada, Ottawa, Canadian Policy Research Networks, Abril.
- Moller, V. e Dickow, H. (2002). The Role of Quality of Life Surveys in Managing Change in Democratic Transitions: the South Africa Case, *Social Indicators Research*, nº 58, pp. 267-292.
- Nuvolati, G. (1998) *La qualità della vita delle città. Teorie, metodi e risultati della ricerca*, Milano, Franco Angeli.
- Petrucchi, A. e D'Andrea S. (2002). Quality of Life in Europe: Objective and Subjective Indicators, *Social Indicators Research*, nº 60, pp. 55-88
- Seik, F.T. (2000) Subjective assessment of urban quality of life in Singapore (1997-1998), *Habitat International*, nº 24, pp.31-49.
- Van Kamp, I.; Leidelmeijer, K.; Marsman, G. e Hollander, A. (2003) Urban environmental quality and human well-being. Towards a conceptual framework and demarcation of concepts; a literature study, *Landscape and Urban Planning*, nº 65, pp.5-18
- Veenhoven, R. (2002) Why social policy needs subjective indicators, *Social Indicators Research*, nº 58, pp. 33-45
- Yuan L., Yuen, B. e Low, C. (1999) *Urban Quality of Life - Critical issues and options*, Singapore, National University of Singapore, pp. 1-12
- Wyman, M. (2001), Quality of life indicators project - learning from citizens what matters for quality of life, Canadian Policy Research Networks.